



268

Folha n.º 01 do proc.
430 de 1998
JC

Câmara Municipal de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº

01 - PL
01-0490/1998

LIDO HOJE
 AS COMISSÕES DE: 05 AGO 1998
 CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA;
 POL. G. U. B., METROP. E M. A. U. J.;
 TR. M. D. I. S. T. R. I. C. A. O. P. Ú. B. L. I. C. A.;
 C. U. L. T. U. R. A. S., T. U. R. I. S. M. E. E. A. R. T. I. S. T. I. C. A. S.;
 E. D. U. C. A. Ç. A. O., C. U. L. T. U. R. A. E. E. S. P. O. R. T. E. S.;
 F. I. S. C. A. L. I. Z. A. Ç. A. O. E. I. M. P. O. S. T. O. S. T. R. U. Ç. A. O. S.

Dispõe sobre concessão de incentivo fiscal aos proprietários de imóveis ou aos patrocinadores das obras de recuperação externa e conservação de imóveis localizados na Área Especial de Intervenção, objeto do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Bairro do Ipiranga - PROIPIRANGA e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - Fica instituído incentivo fiscal a ser concedido a pessoas físicas ou jurídicas que promoverem ou patrocinarem a recuperação externa e a conservação de imóvel próprio ou de terceiro, localizado na Área Especial de Intervenção, de que trata o "caput" desta lei, delimitada pela Lei Municipal nº 11.220 de 20 de maio de 1992.

§ 1º - O incentivo fiscal de que trata o "caput" deste artigo poderá ser concedido às pessoas físicas ou jurídicas que tiverem iniciado as obras de recuperação nos imóveis antes da vigência desta lei ou que tiverem mantidos conservadas as características originais.

§ 2º - Para efeito desta lei, serão considerados recuperação externa de imóveis, obras e serviços destinados à recuperação e conservação de fachadas e demais elementos realizados em imóvel tombado por órgão federal, estadual ou municipal, ou preservado em razão de seu valor histórico, cultural, estético, arquitetônico ou paisagístico, nos termos do art. 2º da Lei Municipal nº 8.328, de 02 de dezembro de 1975, com a nova redação dada pelo art. 18 da Lei Municipal nº 9.725 de 02 de julho de 1984.

§ 3º - Considera-se patrocinador a pessoa física ou jurídica que se proponha a financiar ou custear, total ou parcialmente, o projeto e a execução de obras de recuperação ou conservação externa em imóvel de terceiros.

Art. 2º - O incentivo fiscal de que trata esta lei, será concedido pelo prazo de 10 (dez) anos e consistirá no recebimento, pelo proprietário do imóvel ou patrocinador, de certificado expedido pelo Poder Público.

§ 1º - O certificado de que trata o "caput" deste artigo deverá conter o valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do imóvel recuperado ou conservado.

SEÇÃO DE REVISÃO
 ★ 05 AGO 1998 ★
 - DT. 10 -

C. M. S. P. - SÃO PAULO



Câmara Municipal de São Paulo

§ 2º - Quando houver para o imóvel isenção anterior, o valor do certificado, a ser recebido pelo proprietário ou patrocinador das obras ou conservação, deverá equivar a 60% (sessenta por cento) do valor venal do imóvel recuperado ou conservado.

§ 3º - O certificado de que trata o "caput" deste artigo será utilizado exclusivamente para o pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, incidente sobre o imóvel recuperado ou conservado ou sobre outros imóveis do mesmo proprietário ou de propriedade do patrocinador.

§ 4º - O valor constante do certificado será o do exercício correspondente ao início das obras, expresso em Unidade Fiscal de Referência – UFIR, e deverá ser reconvertido em moeda corrente, pelo valor dessa unidade vigente no mês de sua utilização.

§ 5º - O titular do certificado deverá requerer perante a Secretaria das Finanças o reconhecimento do benefício, no início de cada exercício.

§ 6º - O benefício só será concedido se constatada, em vistoria, a efetiva conservação do prédio.

Art. 3º - A concessão do benefício dependerá da aprovação do projeto de recuperação ou do estado de conservação do prédio por comissão a ser constituída, ouvidos os órgãos competentes.

Art. 4º - Caberá a Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB a expedição do certificado, a requerimento do proprietário do imóvel ou do patrocinador, nos termos do disposto em regulamento.

Art. 5º - A Comissão constatará o início da obra e realizará vistorias periódicas para verificar o seu andamento, na conformidade do projeto aprovado, bem como o estado de conservação das edificações, cujos proprietários pleitearem o benefício nos termos do parágrafo 1º do artigo 1º desta lei.

§ Único – Constatada a paralisação da obra ou sua desconformidade com o projeto aprovado, o certificado deverá ser cancelado cientificando-se a Secretaria das Finanças – SF para a cobrança da importância equivalente ao benefício, exercício a exercício, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, desde as datas originariamente assinaladas para pagamento integral do imposto, sendo:

I – Com imposição de multa moratória e sem prejuízo das medidas criminais cabíveis, nos casos de dolo, fraude ou simulação do interessado ou de terceiro em benefício dele;

II – Sem imposição de multa moratória, nos demais casos.



Câmara Municipal de São Paulo

Art. 6º - Fica concedida isenção do pagamento da Taxa para exame e verificação de projetos, prevista no Código de Obras e Edificações, aos proprietários ou aos patrocinadores das obras de recuperação de imóveis localizados na Área Especial de Intervenção.

§ 1º - Respeitadas as respectivas competências, a concessão do benefício previsto no "caput" deste artigo será autorizada pela Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB ou seja, Secretaria das Administrações Regionais - SAR e Administração Regional do Ipiranga, dependerá do parecer favorável da Comissão, quanto ao enquadramento do projeto na situação de beneficiários da isenção.

§ 2º - O proprietário ou patrocinador deverá requerer o benefício previsto no "caput" deste artigo após o protocolamento do pedido de Alvará de Aprovação do projeto de recuperação.

Art. 7º - O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 1998


DALTON SILVANO
Vereador